

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

JAN 2026 EDIÇÃO
N°93

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS



**CORPOGRAFIAS DO CORPO FEMININO: ENTRE RELAÇÕES DE PODER,
EDUCAÇÃO FÍSICA E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS**
**CORPOGRAPHIES OF THE FEMALE BODY: BETWEEN POWER RELATIONS,
PHYSICAL EDUCATION AND DECOLONIAL PERSPECTIVES**

NASCIMENTO, Pedro Henrique Magalhães¹

RESUMO

Este artigo busca compreender o conceito de corpografia como expressão das experiências históricas e sociais do corpo feminino, articulando-o às relações de poder e aos espaços produzidos por essas dinâmicas. A análise considera o corpo como território simbólico e político, atravessado por normas de gênero, cultura e colonialidade. A Educação Física é abordada enquanto campo de disputa de narrativas sobre o corpo, destacando a necessidade de práticas pedagógicas decoloniais que reconheçam saberes corporais plurais. O estudo, de natureza qualitativa e caráter teórico-analítico, baseia-se em autores como Michel Foucault, Judith Butler, Leda Maria Martins, Sueli Carneiro, Carmen Soares, Silvana Goellner, Marcos Garcia Neira e Suely Rolnik. Os resultados apontam que as corpografias femininas resistem e reconfiguram espaços de dominação, inscrevendo novas formas de existir e de ensinar o corpo.

Palavras-chave: Corpografia. Corpo feminino. Educação Física. Decolonialidade. Poder.

ABSTRACT

This article seeks to understand the concept of corpography as an expression of the historical and social experiences of the female body, articulating it with power relations and the spaces produced by these dynamics. The analysis considers the body as a symbolic and political territory, traversed by gender norms, culture, and coloniality. Physical Education is approached as a field of dispute over narratives about the body, highlighting the need for decolonial pedagogical practices that recognize plural bodily knowledges. The study, of a qualitative and theoretical-analytical nature, is based on authors such as Michel Foucault, Judith Butler, Leda Maria Martins, Sueli Carneiro, Carmen Soares, Silvana Goellner, Marcos Garcia Neira, and Suely Rolnik. The results indicate that female corpographies resist and reconfigure spaces of domination, inscribing new ways of existing and teaching the body.

Keywords: Corpography. Female body. Physical Education. Decoloniality. Power.

¹ Docente em Educação Física do Centro Educacional Sesi-SP, Santos, Brasil edrohmagalhaes0908@gmail.com

INTRODUÇÃO

O corpo é um texto socialmente escrito, um território de disputas e inscrições históricas. Ao longo do tempo, o corpo feminino foi moldado por normas de gênero, discursos médicos, religiosos e educacionais que definiram o que era “ser mulher”, delimitando comportamentos, movimentos e presenças no espaço público (FOUCAULT, 1987; BORDO, 1993). No entanto, é justamente nesse corpo — marcado por controle e resistência — que emergem corpografias: escritas corporais que narram histórias de vida, de opressão e de emancipação (MARTINS, 2021).

Na contemporaneidade, o debate decolonial convida a repensar o corpo feminino não mais sob lentes eurocêntricas, mas como território plural, onde se inscrevem saberes ancestrais e experiências coletivas (CARNEIRO, 2005; ROLNIK, 2018). A Educação Física, enquanto campo que tradicionalmente normatizou o corpo, torna-se também espaço estratégico para a ressignificação das corporeidades e para a construção de pedagogias libertadoras.

Assim, este artigo busca refletir: como as corpografias femininas se manifestam nas relações e espaços de poder e de que forma a Educação Física pode contribuir para uma leitura decolonial do corpo?

1. CORPO, PODER E CORPOGRAFIA

Entender o corpo como um território político, simbólico e cultural é fundamental para os debates atuais sobre educação e emancipação. Além de sua dimensão biológica, o corpo é formado por discursos e práticas sociais que o definem, regulam e atribuem significados. Foucault (1979, 1987) enfatiza que o corpo é tanto uma superfície onde o poder se manifesta quanto um espaço de resistência — um campo de forças em contínua disputa. O corpo feminino, em particular, foi objeto de vigilância e normalização — desde o controle da sexualidade até a imposição de padrões estéticos e comportamentais.

Butler (1990) expande essa ideia ao sugerir que o gênero é performativo: uma série de atos reiterativos que criam um corpo “inteligível” dentro dos padrões culturais da heteronormatividade. Essa performatividade cria oportunidades para a subversão, pois o corpo pode se comportar de maneira desobediente às regras, quebrando estruturas coloniais e patriarcais.

Autores como Quijano (2005) e Mignolo (2003) introduzem a ideia de colonialidade do poder, demonstrando como o corpo foi hierarquizado por critérios raciais e de gênero a partir da modernidade. Segundo Walsh (2009), decolonialidade não é apenas um campo teórico, mas também uma prática de reexistência onde o conhecimento de outras pessoas — seja ancestral, periférico, indígena ou feminino — é aceito como um tipo de conhecimento.

Martins (2021) contribui com o conceito de corpografia, que se refere ao corpo como um manuscrito, uma vida que contém memórias, linguagem e ancestralidade. As "escritas corporais" revelam narrativas que a oficial história omitiu. Dessa forma, o corpo feminino, particularmente em especial o negro, o indígena e o periférico, carrega marcas de opressões e rebeliões que reconfiguram o espaço social (CARNEIRO, 2005; HOOKS, 2019).

Louro (2004) e Hooks (2019) reiteram que a educação é um campo de batalha simbólico onde o corpo e o gênero são continuamente construídos. Como resultado, a escola também é um lugar onde as pessoas discutem sobre corpografias, e a educação física pode servir como um espaço para mudar as identidades e as dinâmicas de poder das pessoas.

Segundo Louro, Goellner e Felipe (2003) e Soares (2017), historicamente, o corpo feminino foi enclausurado em moldes higiênicos e moralistas dentro do campo da educação física, o que reforçou a aceitação de experiências culturais diversas. Entretanto, pontos de vista como os de Nóbrega (2005) e Sousa, Costa e Ehrenberg (2021) propõem uma abordagem decolonial e cultural à educação física, que reconhece o corpo como linguagem pedagógica e expressão de conhecimento.

No contexto da educação básica, autores como Freire (1996) e Candau (2012) propõem uma pedagogia dialógica e sensível, na qual o corpo é valorizado como

instrumento de conhecimento e liberdade. Essa abordagem, quando utilizada no Ensino Fundamental I, exige que a criança seja reconhecida como sujeito de suas próprias experiências corporais, produzindo gestos, ritmos e linguagem que também compõem as corpografias na educação.

Ademais, uma Educação Física orientada para a decolonialidade requer a formação de docentes que consigam “ler” os corpos, em vez de apenas corrigi-los. Rolnik (2018) argumenta que a sensibilidade é um instrumento político para ouvir as diferenças. A abordagem pedagógica que valoriza o toque respeitoso, o ritmo individual e a expressão emocional auxiliam na formação completa do indivíduo.

No ambiente escolar, isso pode se refletir em iniciativas como: atividades de dança baseadas em culturas locais; discussões sobre o corpo e o respeito à diversidade; produções artísticas corporais que narram “histórias do corpo”; jogos cooperativos que troquem a lógica competitiva pela colaborativa.

Essas vivências são essenciais na Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental I, período em que as identidades corporais estão se formando. A escola pode ser o primeiro lugar onde o corpo da menina, do menino, da criança negra, indígena, gorda, com deficiência ou LGBTQIAP+ é reconhecido, valorizado e tratado com legitimidade.

2. METODOLOGIA

A estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-analítico, com base em revisão bibliográfica crítica. Foram mobilizados textos de autores da filosofia, educação e estudos decoloniais, tais como Foucault (1979, 1987), Butler (1990), Carneiro (2005), Louro, Goellner e Felipe (2003), Soares (2017), Rolnik (2018), Neira (2019) e Martins (2021).

O método analítico interpretativo consistiu em identificar categorias emergentes relacionadas à corpografia, corpo feminino, poder e educação física, articulando-as à perspectiva decolonial para propor um quadro crítico de compreensão do corpo como território de saber.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das corpografias do corpo feminino, à luz dos autores mobilizados, revela que o corpo é simultaneamente território de dominação e campo de resistência. A história das mulheres é também a história da tentativa de regular, disciplinar e normatizar seus corpos — e das múltiplas formas de subversão que emergem dessas imposições.

3.1 O CORPO DISCIPLINADO E A GENEALOGIA DO PODER

Foucault (1979, 1987) identifica o corpo como superfície de inscrição do poder: é nele que se gravam as marcas das instituições, da moral e da ciência moderna. Desde o século XIX, a mulher foi objeto de discursos médicos, pedagógicos e religiosos que buscavam domesticar o corpo feminino, tornando-o dócil e útil — à família, ao Estado e ao mercado. Na Educação Física, essa lógica se traduziu em práticas que visavam a normalização do corpo feminino, orientando-o para a delicadeza, a graça e a moralidade (SOARES, 2017). Assim, o corpo das mulheres foi enquadrado por uma biopolítica que determinava o que ele poderia ou não fazer, vestir e expressar.

Contudo, ainda de acordo com Foucault (1979), onde há poder, há resistência. O corpo nunca é mero objeto: é também lugar de insurgência, de criação de novas possibilidades de existência. Essa tensão entre controle e resistência é o primeiro eixo das corpografias femininas — uma escrita que denuncia e desloca os dispositivos de poder.

3.2 PERFORMATIVIDADE E SUBVERSÃO DAS NORMAS

Butler (1990) aprofunda essa análise ao propor o conceito de performatividade de gênero, entendendo que o feminino é uma repetição social e histórica de atos corporais regulados por normas.

O corpo, portanto, não é um dado natural, mas um efeito da repetição normativa. As corpografias femininas, nesse sentido, constituem práticas que podem reiterar ou subverter essas normas.

Ao performar movimentos que escapam à expectativa social — seja na dança, na luta, no esporte ou no cotidiano —, as mulheres escrevem no corpo gestos de resistência. O simples ato de ocupar espaços antes negados a elas, como o campo esportivo, o tatame ou a rua, torna-se um gesto corpográfico de ruptura. Assim, o corpo feminino performa não apenas a opressão, mas também a possibilidade de reconfigurar o visível e o dizível.

3.3 CORPOGRAFIA, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

Para Martins (2021), as corpografias são escritas da memória inscritas no corpo. A autora propõe o termo “*afrografias da memória*” para compreender os modos pelos quais as culturas afro-brasileiras inscrevem a história em gestos, danças e rituais. Essa perspectiva desloca o olhar ocidental que privilegia a escrita textual e valoriza o corpo como arquivo vivo.

No caso das mulheres, especialmente das mulheres negras, essa memória é atravessada por camadas de resistência. O corpo que dança, canta ou luta é também o corpo que lembra e reencena suas histórias, transformando-as em linguagem.

Na Educação Física, reconhecer essas corpografias implica legitimar as práticas corporais de matriz africana e indígena — capoeira, samba, maracatu, danças circulares — como saberes que educam o corpo e a comunidade.

3.4 COLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE DO CORPO FEMININO

Sueli Carneiro (2005) evidencia que o corpo feminino negro é o principal alvo da colonialidade do poder, sendo simultaneamente hipersexualizado e desumanizado. Essa dupla inscrição — de desejo e exclusão — define a experiência de muitas mulheres racializadas.

A corpografia feminina negra, portanto, é também corpografia de resistência: o corpo torna-se instrumento político de afirmação identitária e enfrentamento do racismo estrutural.

A Educação Física, ao reproduzir historicamente ideais brancos e eurocentrados de beleza e rendimento (LOURO, GOELLNER e FELIPE, 2003; SOARES, 2017), contribuiu para o apagamento dessas corporeidades. Todavia, o reconhecimento da interseccionalidade — gênero, raça, classe — abre caminho para uma prática pedagógica decolonial, que valorize outras formas de movimento e saber.

3.5 SENSIBILIDADE E POLÍTICA DO CORPO

Rolnik (2018) propõe compreender o corpo como campo de forças, em constante movimento e atravessamento de afetos. Para a autora, descolonizar o corpo é libertar a sensibilidade dos códigos normativos que aprisionam o desejo e a criação. Nesse sentido, as corpografias femininas são expressões sensíveis e políticas, pois afirmam a vida contra os dispositivos de controle e disciplinamento.

Ao lado disso, Louro, Goellner e Felipe (2003) argumenta que o corpo feminino é território de disputa simbólica: nele se projetam padrões estéticos, discursos de gênero e práticas de poder. Na Educação Física, esse corpo foi, durante muito tempo, regulado por ideais de harmonia, leveza e beleza. Entretanto, os movimentos feministas e decoloniais vêm desestabilizando essas imagens, promovendo novas leituras pedagógicas em que o corpo é espaço de expressão e não de correção.

3.6 EDUCAÇÃO FÍSICA E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS DO CORPO

Soares (2017) destaca que a Educação Física brasileira foi fortemente influenciada por paradigmas europeus que exaltavam a razão e o corpo produtivo. Essa herança colonial separou corpo e mente, movimento e pensamento, sujeito e cultura. Repensar a Educação Física sob o prisma das corpografias femininas significa

reconhecer que o corpo é linguagem e memória, e que o ensino do movimento deve estar vinculado à história, à ancestralidade e à pluralidade dos sujeitos.

3.7 EDUCAÇÃO FÍSICA, CURRÍCULO CULTURAL E DECOLONIALIDADE

Neira (2019) defende a Educação Física como prática cultural, entendendo que o currículo deve refletir as experiências corporais dos sujeitos e os contextos em que vivem. Sua perspectiva cultural rompe com a ideia de um corpo universal, propondo que a escola acolha as manifestações culturais corporais diversas — desde o funk e o hip-hop até as danças tradicionais, capoeira e jogos populares.

Ao articular Neira à noção de corpografia, entende-se que o currículo cultural é também uma corpografia coletiva, na qual os corpos dos estudantes escrevem e reescrevem suas histórias. Essa proposta se alinha à decolonialidade ao valorizar os saberes subalternizados e os modos de movimento invisibilizados pela tradição eurocêntrica.

Ademais, as corpografias femininas transgridem o controle colonial do corpo, produzindo novas epistemologias corporais. Assim, o corpo feminino deixa de ser objeto de poder para tornar-se sujeito de enunciação e saber — escrevendo no espaço escolar e social outras narrativas possíveis sobre ser, mover-se e existir.

TABELA 1. Organização das dimensões dos autores com a educação física.

Dimensão	Contribuição teórica	Implicações para a Educação Física
Poder e disciplina	Foucault (1979, 1987)	Reconhecer como práticas corporais reproduzem ou resistem à normatização.
Gênero e performatividade	Butler (1990)	Valorizar expressões corporais que subvertem normas de gênero.
Corpo e identidade	Louro, Goellner e Felipe (2003)	Analizar o corpo como território de disputa simbólica e política.
Racialização e colonialidade	Carneiro (2005)	Combater o racismo epistêmico e estético presente nas práticas corporais.
História e crítica curricular	Soares (2017)	Reconstruir currículos de Educação Física a partir de perspectivas decoloniais.
Afeto e criação	Rolnik (2018)	Promover pedagogias do sensível e do desejo.

Dimensão	Contribuição teórica	Implicações para a Educação Física
Cultura e decolonialidade	Neira (2019)	Implementar o currículo cultural como corpografia coletiva e espaço de valorização das experiências corporais diversas.
Memória e ancestralidade	Martins (2021)	Incorporar saberes afro-brasileiros e indígenas no ensino corporal.

Fonte: Elaborado pelo autor

4. CONCLUSÃO

Concluí que as corpografias do corpo feminino revelam uma história marcada pela tensão entre controle e liberdade, submissão e criação. O corpo é, simultaneamente, lugar de poder e de resistência — território onde se inscrevem os efeitos da colonialidade e as potências da descolonização.

No contexto da Educação Física, reconhecer o corpo como produtor de saberes implica deslocar o olhar do rendimento para a experiência, da norma para a narrativa, do corpo universal para as corporeidades plurais. A partir da perspectiva decolonial, a corpografia torna-se instrumento pedagógico e político, capaz de romper com paradigmas eurocêntricos e construir práticas educativas que celebrem a diversidade dos corpos e suas histórias.

Neste viés, na Educação Física escolar, o corpo é texto, memória e resistência e não apenas um instrumento de aprendizagem, mas um sujeito de saber. Ele guarda experiências que desafiam as estruturas coloniais e patriarcais da escola moderna. Cada gesto, brincadeira, dança ou jogo é uma inscrição simbólica — uma corpografia em formação. Ao permitir que esses corpos se expressem, isso significa romper com os padrões hegemônicos de gênero, raça e estética que ainda orientam as práticas escolares e construir uma Educação Física que celebre a pluralidade dos corpos e das histórias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDO, Susan. *Unbearable Weight: Feminism, Western Culture, and the Body*. University of California Press, 1993. Disponível em: https://www.academia.edu/117346772/Unbearable_Weight_Feminism_Western_Culture_and_the_Body. Acesso em 20 out. 2025.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990. Disponível em: https://selforganizedseminar.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/07/butler-gender_trouble.pdf. Acesso em 19 out. 2025

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 235-250, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=html&lang=pt>. Acesso em 18 out. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 18 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 09 set. 2025.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf. Acesso em 12 set. 2025

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre; FELIPE, Jane. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Editora Vozes, 2003. Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17681/material/corp%20genero%20e%20sexualidade%20\(1\).pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17681/material/corp%20genero%20e%20sexualidade%20(1).pdf). Acesso em 15 out. 2025.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. Editora Perspectiva S/A, 2021.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/7e/Mignolo_Walter_D_Historias_locais_projetos_globais_2003.pdf. Acesso em 09 set. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física Cultural: inspirações e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em: https://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_41.pdf. Acesso em 20 set. 2025.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 599-615, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t5CV6czxDQfbXBJ9xNCmgjj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso: 15 set. 2025.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes europeias. Autores Associados, 2017.

SOUSA, Cláudio Aparecido; COSTA, Thiago Batista; EHRENBERG, Mônica Caldas. Educación física descolonial: análisis, desafíos y perspectivas en Paulo Freire y Frantz Fanon. Educação UFSM, v. 46, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/a06b7c88-0c22-4b02-8e8e-245b1bc32d19/Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20decolonial%20an%C3%A1lise%20desafios%20e%20perspectivas%20em%20Paulo%20Freire%20e%20Frantz%20Fanon%20%282021%29.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador: Abya-Yala, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/35011983/INTERCULTURALIDAD_ESTADO_SOCIEDAD_LUCHAS_DE_COLONIALES_DE_NUESTRA_%C3%89POCA. Acesso em 13 set. 2025.